

ROLF MADALENO

Advogado e Professor de Direito de Família e Sucessões
na Graduação e na Pós-Graduação da PUC-RS.
Diretor Nacional do IBDFAM.
Mestre em Direito Processual Civil pela PUC-RS.
www.rolfmadaleno.com.br

CURSO DE DIREITO DE FAMÍLIA

5ª edição

Revista, atualizada e ampliada

Já contendo as seguintes leis:

Provimento CNJ n. 16/2012 – Acerca do reconhecimento espontâneo de filhos

Lei n. 12.376/2010 – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro

Lei n.12.398/2011 – Estende aos avós o direito de visita aos netos

Julgamento pelo STF da ADI 4.277 e da ADPF 132,
que reconheceu a união homoafetiva como entidade familiar

Lei n. 12.415/2011 – Dispõe sobre alimentos provisórios devidos
por agressor afastado da moradia

Lei n. 12.424/2011 – Dispõe sobre a usucapião familiar

Lei n. 12.662/2012 – Assegura validade nacional da DNV
(Declaração de Nascido Vivo)

Provimento CNJ n. 18/2012 – Institui a Central Notarial de
Serviços Eletrônicos Compartilhados – CENSEC



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição, aí compreendidas a impressão e a apresentação, a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo. Os vícios relacionados à atualização da obra, aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas e referências indevidas são de responsabilidade do autor e/ou atualizador.

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei n. 8.078, de 11.09.1990).

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2013 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Rafael Molotievski

- 1ª edição – 2008 / 5ª edição – 2013

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

M151c

Madaleno, Rolf, 1954 – Curso de direito de família/Rolf Madaleno. – 5.ª ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2013.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-309-4788-0

1. Direito de família – Brasil. I. Título.

07-4052

CDU: 347.6(81)

ÍNDICE GERAL

Capítulo 1 – Introdução ao Direito de Família	1
1.1. O Direito de Família e o Código Civil	1
1.2. A descodificação do Direito de Família	3
1.3. A organização jurídica da família	4
1.4. A diversidade familiar	5
1.4.1. A família matrimonial	8
1.4.2. A família informal	8
1.4.3. A família monoparental	9
1.4.4. A família anaparental	10
1.4.5. A família reconstituída	11
1.4.5.1. O apelido da família do padrasto ou da madrasta (Lei n. 11.924/2009)	13
1.4.6. A família paralela	14
1.4.6.1. O olhar discordante	20
1.4.6.2. A união poliafetiva	24
1.4.7. A família eudemonista	26
1.4.8. A família homoafetiva	27
Capítulo 2 – Noção de Família	31
2.1. Conceito de família	31
2.2. Entidade familiar e proteção do Estado	32
2.3. A disseminação da família monoparental	33
2.4. A disseminação da família reconstituída	34
2.5. Noção de Direito de Família	35
2.6. Conteúdo do Direito de Família	37
2.7. Evolução do Direito de Família	38
2.8. A dessacralização da família	39
2.9. A despatrimonialização do Direito de Família	40
Capítulo 3 – Direitos Fundamentais e Princípios de Direito de Família	43
3.1. Direitos fundamentais	43
3.2. A eficácia dos direitos fundamentais	45
3.3. Princípio da dignidade humana no Direito de Família	45
3.4. O princípio da igualdade	46
3.4.1. Igualdade e minorias	50
3.4.2. Igualdade e grupos vulneráveis	51
3.4.3. Igualdade e isonomia constitucional	52
3.4.4. Igualdade e crianças vulneráveis	54
3.4.5. Igualdade e idosos vulneráveis	56
3.4.6. Igualdade e mulheres vulneráveis	56

3.4.7. A tutela judicial dos vulneráveis	57
3.4.8. Igualdade e independência	57
3.4.9. Igualdade e violência invisível	59
3.4.10. Igualdade e idade	60
3.4.11. A terceira idade e o regime de bens	63
3.4.12. A experiência doutrinária e jurisprudencial	68
3.4.13. O idoso e a alteração do regime de bens	72
3.4.14. Vigência da Súmula n. 377 do STF	75
3.4.15. O idoso e os alimentos	78
3.4.16. A solidariedade alimentar do idoso	80
3.4.17. O idoso como devedor de alimentos	83
3.4.18. O idoso e a efetividade das decisões judiciais	85
3.4.19. Efetividade e prisão do idoso por dívida alimentar	86
3.5. Princípio da autonomia privada	91
3.6. Princípio da liberdade	92
3.7. Princípio da solidariedade familiar	93
3.8. Princípio da monogamia	94
3.8.1. Impedimento do casamento para a constituição da união estável	95
3.8.2. A fidelidade	97
3.9. Princípio da diversidade familiar	98
3.10. Princípio da afetividade	98
3.11. Princípio da igualdade da filiação	99
3.12. Princípio da proteção da prole	100
3.13. Princípio da proteção do idoso	101
Capítulo 4 – Do Direito Pessoal – Do Casamento	103
4.1. Definição	103
4.2. Da plena comunhão de vida	104
4.3. Da gratuidade do casamento civil	107
4.4. Casamento religioso com efeito civil	107
4.5. Capacidade para o casamento	109
4.5.1. Suprimento judicial de consentimento	112
4.6. Dos impedimentos matrimoniais	113
4.7. Das causas suspensivas	117
4.7.1. A Súmula n. 377 do STF	122
4.7.2. Revogação da Súmula n. 377 do STF	124
4.7.3. O efetivo prejuízo	125
4.7.4. Legitimidade ativa	126
4.8. A habilitação para o casamento	126
4.8.1. Presunção de morte	128
4.8.2. Dispensa de proclamas	129
4.9. Da celebração do casamento	130
4.9.1. Consentimento	131
4.9.2. O casamento em caso de moléstia grave e em iminente risco de vida	132
4.9.3. Casamento por procuração	132
4.10. Das provas do casamento	134
4.10.1. <i>In dubio pro matrimonio</i>	135
4.10.2. Casamento celebrado fora do Brasil	135
4.11. Da invalidade do casamento	135
4.11.1. Casamento inexistente	136
4.11.2. Casamento nulo	137
4.11.3. O casamento anulável	138
4.11.3.1. Das causas de anulação	138

4.11.3.2. Identidade, honra e boa fama	141
4.11.3.3. Ignorância de crime anterior ao casamento	143
4.11.3.4. Ignorância de defeito físico irremediável ou de moléstia grave	144
4.11.3.5. Ignorância de doença mental grave	146
4.11.3.6. Coação	147
4.12. Prazos para a anulação do casamento	148
4.13. Do casamento putativo.	149
4.13.1. Pressupostos da putatividade	150
4.13.2. Efeitos da putatividade.	152
4.13.3. Efeitos em relação a terceiros	153
4.14. A separação de corpos na invalidade do casamento.	153
4.14.1. A tutela antecipada da separação de corpos.	158
4.14.2. A separação de corpos da Lei n. 11.340/2006	160
4.14.3. Da cumulação dos pedidos	161
4.14.4. A nova separação de corpos.	163
4.14.5. A conveniência na determinação da dignidade humana	165
4.14.6. A separação de corpos consensual.	167
4.14.7. A separação de corpos para afastamento do requerente.	168
4.14.8. A separação de fato	169
Capítulo 5 – Da Eficácia do Casamento	171
5.1. Da eficácia do casamento.	171
5.2. Isonomia e patronímico	173
5.3. Planejamento familiar	176
5.3.1. Licença-maternidade (Lei n. 11.770/2008)	177
5.4. Deveres dos cônjuges.	177
5.5. Violação dos deveres conjugais	179
5.6. Dever de fidelidade recíproca	179
5.7. Infidelidade virtual.	180
5.8. A separação de fato e o dever de fidelidade.	181
5.9. Vida em comum no domicílio conjugal.	184
5.10. Ruptura do dever de coabitação.	185
5.11. Dever de mútua assistência	186
5.12. Dever de sustento, guarda e educação dos filhos.	187
5.13. Dever de respeito e consideração mútuos	189
5.14. As relações dos cônjuges no Direito Empresarial	191
5.15. A direção da sociedade conjugal	195
5.16. Contribuição conjunta das despesas do lar	195
5.17. Domicílio conjugal.	196
Capítulo 6 – Da Dissolução da Sociedade Conjugal	199
6.1. Do sistema dual de dissolução.	199
6.1.1. O divórcio e a Emenda Constitucional n. 66/2010	201
6.1.1.1. O divórcio em colisão com a separação judicial ou extrajudicial	210
6.1.1.2. O divórcio da Emenda Constitucional n. 66/2010 e os deveres do casamento	212
6.2. O fim da sociedade conjugal	213
6.3. Morte real e morte presumida	213
6.4. O retorno do ausente	215
6.5. Dissolução pela nulidade ou anulação do casamento	217
6.6. A dissolução da sociedade conjugal.	218
6.7. Da separação amigável	221
6.8. Cláusulas separatórias	224
6.9. Requisitos da separação amigável	227

6.10. Renúncia à meação	228
6.11. A promessa de doação	234
6.12. Débitos fiscais e partilha unilateral de bens	237
6.13. Da ratificação judicial	242
6.14. Exceção à ratificação	245
6.15. A ratificação na Lei n. 11.441/2007	245
6.16. A retratação unilateral	247
6.17. A separação causal	248
6.18. Causas genéricas	256
6.19. A separação litigiosa	258
6.20. Separação judicial por causas objetivas	258
6.21. Culpa e insuportabilidade da vida conjugal	262
6.22. Direitos e deveres pessoais dos cônjuges na separação judicial	264
6.22.1. Fidelidade recíproca	264
6.22.2. Coabitação no domicílio conjugal	266
6.23. Separação de corpos no divórcio	267
6.23.1. Separação de corpos judicial e a Lei Maria da Penha	268
6.23.2. Objetivo da Lei Maria da Penha	269
6.23.3. Das medidas protetivas de urgência	269
6.23.4. Da separação de corpos e a violência doméstica	270
6.23.5. Caducidade da medida	272
6.24. Mútua assistência	272
6.25. Sustento, guarda e educação dos filhos	273
6.26. Respeito e consideração mútuos	275
6.27. Insuportabilidade da comunhão de vida	275
6.27.1. Causas caracterizadoras da impossibilidade de coabitação	277
6.27.1.1. O adultério	277
6.27.1.2. Tentativa de morte	278
6.27.1.3. Sevícia ou injúria grave	278
6.27.1.4. Abandono voluntário do lar conjugal durante um ano contínuo	279
6.27.1.5. Abandono malicioso	281
6.28. Condenação por crime infamante	281
6.29. Conduta desonrosa	282
6.30. As provas ilícitas no Direito de Família	283
6.30.1. A formação da convicção pela prova	284
6.30.2. Princípios da prova	285
6.30.3. Provas típicas e atípicas	286
6.30.4. Prova ilícita e prova ilegítima	287
6.30.5. Provas ilícitas	287
6.30.6. A utilização das provas ilícitas no Direito de Família	289
6.30.7. Princípio da proporcionalidade	293
6.31. Separação pela ausência de comunhão de vida	295
6.32. A causa genérica	297
6.33. Separação objetiva	299
6.34. Ruptura da vida em comum	299
6.35. Grave doença mental	301
6.35.1. Reversão dos bens conjugais	303
6.35.2. A reversão tão somente no regime da comunhão universal	304
6.35.3. Separação promovida por cônjuge incapaz	304
6.36. A separação administrativa	305
6.36.1. A separação extrajudicial da Lei n. 11.441/2007	308
6.36.2. Opção ou imposição	310
6.36.3. Divórcio extrajudicial com filhos menores ou maiores e incapazes	311

6.36.4. Reconciliação	312
6.36.5. Audiência de ratificação	313
6.36.6. Separação e divórcio por procurador	317
6.36.7. Cláusulas obrigatórias	318
6.36.7.1. Cláusula sobre a partilha	319
6.36.7.2. Cláusula sobre alimentos	320
6.36.8. Recusa na escrituração	321
6.36.9. Ausência de homologação	322
6.36.10. Intervenção do Ministério Público	323
6.36.11. Execução das cláusulas	323
6.36.12. Desconto da pensão em folha	324
6.36.13. Anulação da escritura	325
6.36.14. A separação de corpos extrajudicial	326
6.37. Efeitos do divórcio	326
6.37.1. Efeitos pessoais com relação aos cônjuges	327
6.37.2. Retorno ao apelido de solteiro	327
6.37.3. Impossibilidade de contrair novo casamento	328
6.37.4. Efeitos com relação aos filhos	329
6.37.5. Guarda dos filhos	330
6.37.6. A guarda compartilhada	332
6.37.7. Visitas dos filhos	333
6.38. Efeitos materiais: alimentos entre cônjuges	334
6.38.1. Alimentos dos filhos	335
6.38.2. Partilha dos bens	336
6.38.3. Decadência do divórcio extrajudicial	338
6.38.4. Cobrança de aluguéis	339
Capítulo 7 – O Dano Moral no Direito de Família	343
7.1. O dano moral no Direito de Família	343
7.2. O dano moral no âmbito das relações afetivas	345
7.3. O Código Civil e o dano moral no Direito de Família	347
7.4. Dos argumentos que refutam a exclusão do dano moral no Direito de Família	349
7.5. Os alimentos como forma de indenização	350
7.6. Da cumulação do divórcio judicial litigioso com dano moral	351
7.7. Os desdobramentos do dano moral no Direito de Família	356
7.7.1. A doutrina amplamente permissiva	357
7.7.2. A doutrina restritiva do dano moral	358
7.7.3. Crítica à gradação do dano moral	361
7.7.4. Doutrina contrária ao dano moral no Direito de Família	362
7.8. Críticas ao dano moral	367
7.9. O reconhecimento do estado de filiação	368
7.10. O dano moral na investigação de paternidade	373
7.10.1. O dano moral na desconstituição da paternidade	377
7.10.2. O dever da mãe	379
7.10.3. O dever de <i>velar</i> e o dano moral pelo abandono físico e psíquico do filho	382
Capítulo 8 – Divórcio	389
8.1. O divórcio	389
8.2. O divórcio direto	394
8.3. O divórcio e a partilha de bens	396
8.4. A representação do cônjuge incapaz no divórcio	398
8.5. Divórcio consensual-judicial	399
8.6. Divórcio litigioso-judicial	401

8.6.1. A contestação no divórcio judicial	402
8.7. O revogado divórcio por conversão da separação judicial	405
8.8. Divórcio judicial por conversão consensual	408
8.9. Divórcio judicial por conversão litigioso	410
8.10. O divórcio extrajudicial da Lei n. 11.441/2007	412
8.11. O divórcio extrajudicial por conversão	413
8.12. A revogada exigência da prova da separação de fato por mínimos dois anos	415
8.13. Efeitos do divórcio	417
8.14. A partilha de bens	418
8.15. Da representação dos cônjuges no divórcio extrajudicial	419
8.16. O patronímico de casado no divórcio	421
8.17. Pluralidade de divórcios	426
8.18. O divórcio no direito internacional privado	426
Capítulo 9 – Da Proteção da Pessoa dos Filhos	429
9.1. Da proteção da pessoa dos filhos	429
9.2. Conceito de guarda	432
9.3. A guarda na separação de fato e no divórcio judicial	436
9.4. Guarda compartilhada	438
9.4.1. A guarda compartilhada deveria pressupor consenso?	441
9.4.2. Imposição judicial da guarda compartilhada	445
9.5. Direito e dever de visitas	449
9.6. A multa no direito e dever de visitas – <i>Astreintes</i>	455
9.7. O direito de visitas dos avós	457
9.7.1. Um caso paradigma	459
9.8. Síndrome de Alienação Parental (SAP)	461
9.9. Síndrome das falsas memórias	468
Capítulo 10 – Das Relações de Parentesco	471
10.1. As relações familiares e o parentesco	471
10.2. Direito Romano	473
10.3. Desenlaces parentais	474
10.4. Espécies de família e relações atuais	475
10.5. Conceito de relações de parentesco	477
10.6. Parentesco até o quarto grau	479
10.7. Parentesco	480
10.7.1. Contagem de graus	481
10.7.2. Linhas de parentesco	482
10.7.3. Tronco	483
10.7.4. Parentesco por afinidade	483
10.7.5. Árvore genealógica	484
Capítulo 11 – Da Filiação	485
11.1. A filiação	485
11.2. Filiação socioafetiva	487
11.3. A desconstituição judicial da filiação socioafetiva	492
11.4. O equívoco da desconstituição filial para fins sucessórios	497
11.4.1. O direito ao conhecimento das origens genéticas	502
11.4.2. Decadência da rejeição	506
11.4.3. O parto anônimo	509
11.5. Investigação de paternidade movida pelos netos	512
11.6. Da possibilidade jurídica	512
11.7. O posicionamento do STJ	514

11.8. Determinação da maternidade	515
11.9. A presunção de paternidade	518
11.10. A presunção <i>pater is est</i>	519
11.11. A filiação por presunção na fecundação assistida.	521
11.12. A reprodução assistida no Código Civil.	523
11.13. A inseminação artificial	524
11.14. A inseminação artificial homóloga.	524
11.15. A proteção jurídica do nascituro.	527
11.16. Embriões excedentários	528
11.17. A inseminação artificial heteróloga	529
11.18. A fertilização ou fecundação <i>in vitro</i> (FIV)	532
11.18.1. A transferência de gametas para as trompas (GIFT)	533
11.18.2. Transferência de zigoto para as trompas (ZIFT)	533
11.18.3. A mãe de substituição.	533
11.19. A impugnação da paternidade	538
11.19.1. O perigo da sacralização do DNA	538
11.20. Negativa de paternidade.	539
11.21. A imprescritível impugnação da paternidade.	545
11.22. Prova da filiação.	548
11.23. Princípio de prova e intimação pessoal para exame de DNA	548
11.24. A prova judicial da impugnação da paternidade	553
11.25. A presunção de paternidade pela recusa.	556
11.25.1. A recusa diante do Código Civil	557
11.25.2. As perícias em DNA no Brasil.	558
11.25.3. A presunção legal no Código Civil	560
11.25.4. A presunção e a perícia médica de DNA	563
11.25.5. A presunção pela recusa.	565
11.25.6. A recusa do filho, da mãe e de outros parentes ao exame em DNA.	566
11.26. Elisão da paternidade pelo adultério	570
11.27. Reconhecimento da paternidade	572
11.28. O reconhecimento voluntário.	574
11.28.1. Outras formas de reconhecimento voluntário da paternidade	576
11.28.2. Reconhecimento no registro do nascimento	578
11.28.3. Por escritura pública ou escrito particular	578
11.28.4. Reconhecimento por testamento	581
11.28.5. Reconhecimento por manifestação direta e expressa perante o juiz	582
11.28.6. Reconhecimento voluntário do artigo 2º da Lei n. 8.560/1992	583
11.29. Reconhecimento de filho maior e de filho menor	584
11.30. Ação anulatória de reconhecimento	584
11.31. Reconhecimento judicial da paternidade	586
11.31.1. Breve digressão histórica.	587
11.31.2. A equiparação dos filhos	588
11.31.3. A investigação judicial da paternidade ou da maternidade	589
11.31.4. Concubinato, união estável e presunção de paternidade	590
11.31.5. Rapto e sua coincidência com as relações sexuais.	591
11.31.6. Escritos.	592
11.31.7. Legitimidade ativa	593
11.31.8. Legitimidade passiva	594
11.31.9. Conteúdo da defesa do investigado	595
11.31.9.1. A negativa genérica	597
11.31.9.2. A <i>exceptio plurium concubentium</i>	597
11.31.9.3. Impossibilidade física do congresso sexual.	599
11.31.9.4. Não coincidência das relações sexuais	600

11.31.10. Meios de prova	600
11.31.10.1. A prova documental	600
11.31.10.2. A prova testemunhal	602
11.31.10.3. As provas científicas	602
11.31.10.4. Provas hematológicas	603
11.31.10.5. O sistema HLA	604
11.31.10.6. Perícia em DNA	605
11.31.10.6.1. A perícia em DNA se basta?	606
11.31.11. A recusa ao exame pericial	609
11.31.12. Efeitos da Súmula n. 301 do STJ	613
11.32. Efeitos da sentença	614
11.32.1. Dos alimentos na investigatória	615
11.33. A coisa julgada na investigação de paternidade	617
Capítulo 12 – Da Adoção	623
12.1. Conceito de adoção	623
12.2. Considerações gerais	625
12.3. Natureza jurídica	626
12.4. Referências históricas	626
12.5. A adoção e o Código Civil	627
12.6. A Lei Nacional da Adoção	629
12.6.1. Princípio da prevalência em família	630
12.6.2. Do acolhimento familiar e institucional	630
12.6.3. Da família natural	631
12.6.4. A família extensa	632
12.6.5. Destituição do poder familiar	632
12.6.6. Colocação em família substituta	633
12.6.6.1. Cadastro de adoção	636
12.6.6.2. Direito à identidade genética	636
12.7. Requisitos para a adoção: idade	637
12.7.1. Diferença de idade	639
12.7.2. Adoção por casais	640
12.7.3. Consentimento do cônjuge	641
12.8. Adoção por avós	643
12.9. Adoção por irmãos do adotando	645
12.10. Consentimento dos pais, do representante e do adotando	646
12.11. Adoção do filho do outro por um dos cônjuges ou companheiros	647
12.12. Adoção por tutor ou curador	647
12.13. Adoção <i>intuitu personae</i>	648
12.14. Adoção por divorciados	651
12.15. Adoção póstuma	652
12.16. Adoção por estrangeiro	653
12.17. Adoção de nascituro	657
12.17.1. Personalidade jurídica do nascituro	659
12.18. Adoção à brasileira	661
12.19. Adoção de embriões	662
12.20. A adoção por homossexuais	664
12.21. Efeitos pessoais da adoção	670
12.21.1. Nome	670
12.21.2. A adoção e o poder familiar	671
12.21.3. Efeitos patrimoniais da adoção	672

12.21.3.1. Alimentos	672
12.21.3.2. Direito sucessório	672
12.21.4. Irrevogabilidade da adoção	673
Capítulo 13 – Do Poder Familiar	675
13.1. Breve noção histórica	675
13.2. Função	676
13.3. Natureza jurídica	677
13.4. Titularidade do poder familiar	678
13.5. Conteúdo do poder familiar	680
13.5.1. A representação dos filhos	683
13.5.2. Retenção indevida de filho	685
13.5.3. Poder familiar e trabalho	685
13.5.4. Do usufruto dos bens dos filhos	687
13.5.5. Da administração dos bens dos filhos	688
13.6. Extinção do poder familiar	691
13.7. A suspensão do poder familiar	695
Capítulo 14 – Do Direito Patrimonial	697
14.1. Do regime de bens e sua natureza jurídica	697
14.2. Princípios gerais	699
14.3. Classificação dos regimes de bens	703
14.4. O pacto antenupcial	705
14.5. Alteração do regime de bens	713
14.6. Temor de fraude na mudança do regime de bens	717
14.7. A prática da separação de fachada	720
14.7.1. A retroatividade restritiva do contrato de convivência	722
14.7.2. O direito adquirido e a retroatividade da alteração	728
14.8. Do regime obrigatório da separação de bens	733
14.9. Da administração dos bens e dos bens reservados	738
14.10. Da reivindicação dos bens comuns	739
14.11. Do regime legal de bens	740
14.11.1. Bens de caráter próprio	742
14.11.2. Bens de caráter comum	743
14.12. Regime da comunhão parcial	744
14.12.1. Fundos privados de pensão	757
14.12.2. Bens que ingressam na comunhão parcial	761
14.12.2.1. A título oneroso	762
14.12.2.2. Por fato eventual	763
14.12.2.3. Doação, herança ou legado	765
14.12.2.4. Benfeitorias e acessões	765
14.12.2.5. Frutos civis e naturais	770
14.12.2.6. O fundo de comércio como fruto civil	772
14.12.2.6.1. A clientela dos profissionais liberais	773
14.12.2.6.2. O aviamento da clientela dos profissionais liberais	774
14.12.2.7. Aquisição com causa anterior	775
14.12.2.8. Dívidas dos cônjuges	777
14.13. Do regime de comunhão universal	779
14.13.1. Bens excluídos da comunhão universal	780
14.13.1.1. Bens doados ou herdados com incomunicabilidade	780
14.13.1.2. Bens gravados de fideicomisso	781
14.13.1.3. Dívidas anteriores ao casamento	782
14.13.1.4. Doações antenupciais	783

14.13.1.5. Os bens dos incisos V a VII do art. 1.659 do CC	784
14.13.2. Comunicação dos frutos e administração dos bens	787
14.13.3. Extinção da responsabilidade e do regime de bens	790
14.14. Do regime de participação final nos aquestos	793
14.14.1. Na Costa Rica	796
14.14.2. Na Alemanha	798
14.14.3. Na França	799
14.14.4. Na Espanha	800
14.14.5. No Brasil	801
14.14.6. Características do regime de participação final nos aquestos	803
14.14.7. Aquisição onerosa	808
14.14.8. Separação e termo inicial de partição dos aquestos	809
14.14.9. Má administração	809
14.14.10. Risco de fraude na divisão dos bens conjugais	810
14.14.11. A ideia da liquidação antecipada	811
14.14.12. Medidas cautelares no regime de participação final nos aquestos	811
14.14.13. Regime de compensações	812
14.14.14. Dívidas pessoais	813
14.14.15. Irrenunciabilidade do direito à meação	813
14.14.16. Regras de liquidação	813
14.14.17. Disposição hereditária	814
14.15. Do regime da separação de bens	814
14.16. Manutenção da família	817
14.16.1. Compensação econômica	818
14.17. A separação obrigatória de bens	818
14.18. A separação convencional de bens	819
14.19. Os bens adquiridos durante a separação de fato	820
14.20. Da fraude na partilha	823
14.20.1. O lastro matrimonial	824
14.20.2. A presunção de comunidade	824
14.20.3. A separação e seu efeito na partilha	825
14.20.4. A autonomia privada	825
14.20.5. A fraude	826
14.20.6. A fraude societária	827
14.20.7. A fraude pela mudança do tipo social	828
14.20.8. A fraude pela interposta pessoa física	831
14.20.9. A boa-fé	831
14.20.10. A fraude no casamento do Código Civil	834
14.20.11. A fraude nos regimes de bens	835
14.20.12. A fraude na união estável	836
14.20.13. A outorga do convivente	837
14.20.14. A indenização pela inoponibilidade	839
14.20.15. Uma solução argentina	840
14.20.16. A fraude pela formação de dívidas	841
14.20.17. A prova da fraude e da simulação	842
14.21. Do usufruto e da administração dos bens dos filhos menores	845
14.21.1. Bens excluídos do usufruto	847
14.22. Da usucapião familiar pelo abandono do lar	848
Capítulo 15 – Dos Alimentos	853
15.1. Conceito	853
15.2. Espécies de alimentos	854
15.2.1. Quanto à sua natureza	855
15.2.2. Quanto à causa jurídica	857

15.2.3. Quanto à finalidade	859
15.2.3.1. Alimentos provisórios	860
15.2.3.2. Alimentos provisionais	862
15.2.3.3. Alimentos da tutela antecipada	864
15.2.3.4. A fungibilidade do § 7º do art. 273 do CPC	865
15.2.3.5. Pressupostos para a concessão da tutela antecipada	866
15.2.3.6. Tempo de duração da tutela antecipada	867
15.2.3.7. Da consagração da tutela antecipada para provimento alimentar	868
15.2.4. Quanto ao momento em que são reclamados	869
15.2.4.1. Alimentos pretéritos e futuros	869
15.3. Características da obrigação alimentar	871
15.3.1. Direito personalíssimo	872
15.3.2. Transmissibilidade	873
15.3.3. Divisibilidade	878
15.3.3.1. Litisconsórcio na ação de alimentos	879
15.3.3.2. Da solidariedade nos alimentos do idoso	884
15.3.3.2.1. O título executivo extrajudicial dos alimentos do idoso	885
15.3.4. Condicionabilidade	886
15.3.5. Reciprocidade	887
15.3.6. Alternatividade	888
15.3.7. Imprescritibilidade	889
15.3.8. Irrepetibilidade	891
15.3.9. Incompensabilidade	894
15.3.10. Irrenunciabilidade	898
15.3.10.1. A validade histórica da renúncia alimentar	900
15.3.10.2. Renúncia expressa	902
15.3.10.3. A disponibilidade alimentar no vigente Código Civil	902
15.3.10.4. A renúncia aos alimentos no Projeto de Lei n. 6.960/2002	903
15.3.10.5. A irrenunciabilidade alimentar	904
15.3.10.6. O indevido retrocesso	906
15.3.10.7. A compensação como nova forma de acordo alimentar	907
15.3.10.8. A renúncia alimentar à luz do atual Código Civil	908
15.3.11. Impenhorabilidade	909
15.4. Obrigação alimentar de tios, sobrinhos, primos e parentes afins	911
15.4.1. Os alimentos na família reconstituída	915
15.5. Obrigação alimentar entre ascendentes e descendentes	918
15.6. Os alimentos na guarda e na tutela do ECA	919
15.7. Os alimentos do nascituro	920
15.7.1. Dos alimentos gravídicos	921
15.8. Os alimentos dos relativamente incapazes	923
15.9. A representação pelo Ministério Público nos alimentos	924
15.10. O constrangimento da ação ou da execução alimentar	928
15.10.1. O abuso do direito	935
15.11. Alimentos e prestação de contas	936
15.12. Alimentos com a maioridade civil	939
15.12.1. Maioridade civil e exercício abusivo do direito de alimentos	945
15.13. Dever de sustento e obrigação	947
15.14. Formas alternativas de eficácia do pagamento dos alimentos	949
15.14.1. O protesto dos alimentos	950
15.14.2. A constituição de capital	951
15.14.3. <i>Astreintes</i>	955
15.14.4. O abandono material e a prisão descontinua	957
15.14.5. Perda do poder familiar	957

15.14.6. Suspensão da licença para dirigir	958
15.15. Dos alimentos entre parentes	958
15.15.1. Alimentos na guarda compartilhada	960
15.16. Dos alimentos dos avós	961
15.17. Da transmissão hereditária do dever alimentar	964
15.18. Dos alimentos dos cônjuges.	969
15.19. Alimentos dos conviventes	972
15.20. Igualdade e independência econômica.	974
15.21. Dos alimentos na homoafetividade	977
15.22. Rubrica alimentar.	978
15.22.1. A alimentação.	978
15.22.2. Habitação	979
15.22.3. Educação	980
15.22.4. Saúde	982
15.22.5. Vestuário	982
15.22.6. Lazer	983
15.23. Base de incidência dos alimentos	983
15.24. Pensão <i>intuitu familiae</i> e <i>intuitu personae</i>	988
15.24.1. Alimentos em espécie ou <i>in natura</i>	989
15.25. Dos alimentos transitórios	992
15.25.1. A duração dos alimentos transitórios	994
15.26. Alimentos compensatórios.	995
15.26.1. A pensão alimentícia e os alimentos compensatórios	998
15.26.2. Alimentos compensatórios e alimentos ressarcitórios	1002
15.26.3. Outras diferenças entre obrigação de alimentos e a pensão compensatória	1004
15.26.4. Responsabilidade objetiva no Direito de Família	1006
15.26.5. A duração da pensão compensatória	1010
15.27. A restituição dos alimentos	1011
15.27.1. O abuso do direito nos alimentos.	1011
15.27.2. Do abuso do direito nas relações de família	1013
15.27.3. Uma solução argentina para a fraude alimentar.	1014
15.28. Da renúncia e da exoneração dos alimentos	1015
15.29. Perda do crédito alimentar por novo relacionamento	1019
15.29.1. Conduta irregular da ex-mulher.	1021
15.29.2. Comportamento indigno	1023
15.30. A desconsideração da personalidade física e jurídica nos alimentos	1027
15.30.1. Sua incidência processual	1029
15.30.2. A desconsideração ativa.	1030
15.30.3. A desconsideração ativa inversa e a quebra do sigilo fiscal, contábil e bancário	1032
15.31. A Majoração e redução dos alimentos e sua atualização automática.	1035
15.32. Cessação da obriga�o de prestar alimentos	1038
15.33. A execu�o de alimentos	1041
15.33.1. Do cumprimento da sentença.	1041
15.33.2. Aplica�o de multa.	1042
15.33.3. A defesa no cumprimento da sentença	1043
15.33.4. Sentença para ser cumprida	1044
15.33.5. Do cumprimento da sentença nos alimentos	1044
15.33.6. Do procedimento expropriatório	1047
15.33.7. A execu�o na práxis forense.	1048
15.34. Da execu�o internacional dos alimentos	1052

Capítulo 16 – Do Bem de Família	1055
16.1. Bem de família.	1055
16.2. Conceito de bem de família.	1056
16.3. O advento da Lei n. 8.009/1990.	1057
16.4. O bem de família do Código Civil.	1059
16.4.1. Objeto do bem de família voluntário.	1061
16.4.2. Valor do bem de família voluntário.	1061
16.4.3. Procedimento de constituição e efeitos.	1062
16.4.4. Das isenções.	1063
16.5. Extinção do bem de família.	1064
Capítulo 17 – Da União Estável	1065
17.1. Antecedentes históricos.	1065
17.2. A Constituição Federal de 1988.	1068
17.3. A Lei n. 8.971/1994.	1070
17.4. A Lei n. 9.278/1996.	1071
17.5. O projeto de Lei n. 2.686/1996.	1072
17.6. Origem e definição.	1072
17.7. A expansão das uniões livres.	1073
17.7.1. Motivos econômicos.	1074
17.7.2. Motivos sociais.	1075
17.7.3. Motivos legais.	1076
17.7.4. Motivos ideológicos.	1076
17.7.5. Motivos raciais e religiosos.	1076
17.7.6. Outras causas de disseminação da união estável.	1077
17.8. Pressupostos de configuração da união estável.	1077
17.8.1. Diversidade de sexos.	1077
17.8.1.1. União homossexual.	1078
17.8.2. Coabitação.	1088
17.8.3. Prazo para constituição.	1090
17.8.4. Existência de precedente casamento.	1091
17.8.5. Convivência pública.	1100
17.8.6. Continuidade.	1101
17.8.7. Com objetivo de constituir família.	1102
17.8.8. Inexistência de impedimento matrimonial.	1105
17.9. Conceito de união estável.	1105
17.10. Direitos e deveres dos conviventes.	1107
17.10.1. Lealdade.	1109
17.10.2. Respeito.	1110
17.10.3. Assistência.	1110
17.10.4. Dever imaterial.	1114
17.10.5. Guarda, sustento e educação dos filhos.	1114
17.10.6. A coabitação como dever natural.	1115
17.10.7. O nome na união estável.	1116
17.11. Contrato de convivência.	1118
17.11.1. A retroatividade restritiva do contrato de convivência.	1120
17.11.2. A mudança do regime de bens na conversão em casamento.	1121
17.11.3. Regime de bens.	1127
17.11.4. Conversão em casamento.	1132
17.11.5. Usufruto e direito real de habitação.	1134
17.11.6. Contrato de namoro.	1136
17.12. Concubinato e relações paralelas.	1138
17.12.1. O olhar discordante.	1140

17.12.2. O concubinato e a monogamia	1144
17.12.3. Do concubinato de boa-fé	1150
17.12.4. O concubinato e a doação	1151
17.12.5. O concubinato e a deixa testamentária	1151
17.12.6. O concubinato e a previdência social	1152
Capítulo 18 – Tutela	1155
18.1. Conceito	1155
18.2. Menores submetidos à tutela	1158
18.3. A tutela no Direito Romano	1158
18.4. A tutela no Estatuto da Criança e do Adolescente	1159
18.5. Modalidades de tutela	1159
18.6. Tutela testamentária	1161
18.7. Tutela legítima	1162
18.8. Tutela dativa	1163
18.9. Tutela funcional	1165
18.10. Exclusividade da tutela	1165
18.11. Incapazes de exercer a tutela	1166
18.11.1. Idoneidade	1166
18.12. Designação do convivente como tutor	1169
18.13. Escusa dos tutores	1169
18.13.1. Mulheres casadas	1170
18.13.2. Maiores de sessenta anos	1171
18.13.3. Aqueles que tiverem sob sua autoridade mais de três filhos	1171
18.13.4. Enfermidade	1172
18.13.5. Habitação distante	1172
18.13.6. Os que já exerceram tutela ou curatela	1173
18.13.7. Militares em serviço	1173
18.13.8. Aos que não forem parentes do menor	1173
18.14. Prazo de escusa e decisão judicial	1173
18.15. Do exercício da tutela	1174
18.15.1. Do exercício da tutela quanto à pessoa do tutelado	1175
18.15.2. Do exercício da tutela quanto ao patrimônio do tutelado	1176
18.15.3. A administração dos bens e a tutela conjunta	1178
18.16. Atribuições do tutor	1179
18.16.1. Atos de competência do tutor sujeitos à prévia autorização judicial	1181
18.17. Vedações ao tutor	1182
18.18. Garantia da tutela	1182
18.19. O protutor	1183
18.20. Responsabilidade do juiz	1184
18.21. Remuneração do tutor	1185
18.22. Responsabilidade do tutor	1185
18.23. Bens do tutelado	1186
18.24. Prestação de contas	1187
18.25. Cessação da tutela	1189
18.26. Das funções do tutor	1189
Capítulo 19 – Da Curatela	1191
19.1. Da curatela	1191
19.2. Conceito	1192
19.3. Pessoas sujeitas à curatela	1195
19.4. Curatela do nascituro	1197
19.5. Curatela do enfermo ou portador de deficiência física	1200

19.6. Velhice	1201
19.7. Curatela no Direito Romano	1203
19.8. Enfermidade ou deficiência mental	1204
19.8.1. Intervalos lúcidos	1204
19.9. Aqueles que, por outra causa duradoura, não puderem expressar sua vontade	1205
19.10. Deficientes mentais	1206
19.11. Ébrios habituais	1207
19.12. Os viciados em tóxicos	1207
19.13. Os excepcionais sem completo desenvolvimento mental	1208
19.14. Os pródigos	1209
19.15. Autocuratela	1211
19.16. Ação de interdição	1211
19.17. Das disposições comuns à tutela e à curatela	1214
19.18. Pessoas habilitadas ao exercício da curatela	1215
19.19. Efeitos jurídicos da sentença de interdição	1218
19.20. Levantamento da interdição	1219
19.21. Cessação da curatela	1220
Bibliografia	1221
Índice Alfabético-Remissivo	1253